

ARTIGO ORIGINAL

Desafios dos alunos com deficiência visual no Ensino Superior: um relato de experiência

Challenges of the visually impaired students in higher education: an experience report

Eduardo Gauze Alexandrino,¹ Daiane Souza,² Adriane Behring Bianchi,¹ Regiane Macuch,¹ Sonia Maria Marques Gomes Bertolini¹

¹Centro Universitário de Maringá (UniCesumar), Maringá, PR, Brasil.

²Instituto de Estudos Avançados (ESAP), Ivaiporã, PR, Brasil.

Recebido em: 14/08/2016 / Aceito em: 15/09/2016 / Publicado em: 18/10/2016
eduardogauze@hotmail.com

RESUMO

O desenvolvimento histórico da Educação Especial e Inclusiva no Brasil é repleto de desafios e contradições entre a legislação, recursos e execução. **Objetivo:** investigar as dificuldades que uma ex-aluna, portadora de deficiência visual grave vivenciou durante a graduação em uma instituição de ensino superior pública. **Método:** trata-se de um estudo de caso descritivo-exploratório de caráter qualitativo. Como procedimento de coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada composta de nove questões relacionadas às experiências na infância, no ensino fundamental e no ensino superior, com ênfase nas amizades e dificuldades encontradas neste último período. **Resultados:** são muitas as dificuldades que um aluno portador de deficiência visual pode encontrar, durante o crescimento e na trajetória acadêmica. Dentre as citadas, destacam-se a falta de materiais de estudo e avaliação adequada (Braille), falta de acessibilidade no prédio da instituição, falta de comunicação entre os docentes e funcionários da universidade para resolução dos problemas, bem como a falta de compreensão e medidas da gestão para melhorar o atendimento educacional da aluna. Observou-se, no relato da ex-estudante que o diagnóstico dos recursos disponíveis e capacitação docente configuram-se como alicerce para garantir acesso, permanência e desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual em instituições do ensino superior. **Considerações finais:** sugere-se, que as instituições de educação ampliem as discussões sobre o currículo e produção do conhecimento, bem como,

criem setores responsáveis para avaliar a acessibilidade do espaço físico, conselhos de acompanhamento do aluno matriculado, da mesma forma que ofereçam cursos de capacitação contínua para os docentes e equipe técnica sobre didática e interpretação da legislação vigente sobre Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Deficiência Visual; Educação Superior.

ABSTRACT:

*The historical development of Special and Inclusive Education in Brazil is full of challenges and contradictions between legislation, resources and execution. **Objective:** the study investigated the difficulties that a higher education student with severe visual impairment experienced during graduation at a public higher education institution. **Method:** this is a descriptive-exploratory qualitative study. As the data procedure a semi-structured interview was done, composed of nine questions related to childhood experiences in elementary school and higher education, with an emphasis on friendships and difficulties encountered in this last period. **Results:** there are many difficulties a student with a visual impairment can find during its growth and academic career. Among those cited include the lack of study materials and adequate assessment (Braille), lack of accessibility in the institution building, lack of communication between the teachers and staff of the university to solve problems, and lack of understanding and measures of management to improve the educational services of the student. There was the story of a*

former student that the diagnosis of available resources and teacher training are configured as a foundation to ensure access, retention and development of process of teaching and learning of students with visual impairment in higher education institutions. Closing remarks: It is suggested that educational institutions broaden discussions about the curriculum and knowledge production and create sectors responsible for assessing the physical space accessibility, follow advice of the student enrolled in the same way that provide continuous training courses for teachers and technical staff for teaching and interpretation of the law about inclusive education.

Keywords: *Inclusive Education; visual impairment; Higher Education.*

INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem passando por transformações. Em 2003, o país tinha cerca de 3,94 milhões de pessoas matriculadas em universidades. Em 2009 resultados obtidos por pesquisa divulgada pelo Governo Federal apontaram 5,95 milhões de matriculados em cursos de graduação, dos quais 4,43 milhões estavam em instituições privadas e 1,52 milhões inseridos de ensino superior público.¹ Em 2013, segundo o Ministério da Educação, foi registrado 7,3 milhões de alunos matriculados em aproximadamente 2,4 mil instituições de ensino superior, dos quais 71,4% eram de instituições privadas.²

Este fenômeno de aumento contínuo demonstra que jovens têm procurado melhorar sua qualificação profissional e pessoal.³ No entanto, ao ingressar no ensino superior o indivíduo passa por transformações em seus vínculos sociais e educativos, na qual, a vivência no ensino superior pode representar a primeira experiência de independência.⁴ Desse modo, quanto melhor a estrutura, gestão e corpo docente, melhor poderá ser a formação acadêmica.

Dentre os alunos ingressantes no Ensino Superior observa-se uma parcela considerável de alunos com necessidades especiais (NEE), fato este, que exige ações políticas de promoção da saúde voltadas à inclusão e permanência educacional desses estudantes. Entretanto, pesquisas realizadas pelo IBGE (2012) apontaram que muitas das Instituições de Ensino Superior brasileiras não dispõem de condições adequadas para que os estudantes com NEE possam ter pleno acesso ao conhecimento.⁶

A inclusão de pessoas com deficiência em cursos presenciais de graduação aumentou 425% nos últimos 10 anos no Brasil. Os resultados do último Censo da Educação Superior apontam que as matrículas de portadores de deficiência aumentaram quase 50% nos últimos 4 anos, sendo a maior parcela em cursos de graduação presenciais. Em 2010, eram pouco mais de 19 mil alunos, enquanto em 2013 foram contabilizados quase 30 mil acadêmicos.²

Este crescimento evidente e notável representa conquistas na inclusão educacional, entretanto, observam-se dificuldades nesta etapa do processo educacional, devido ao despreparo das instituições de ensino.⁵ Os dados indicam que a quantidade de Instituições de

Ensino Superior que atendem alunos com deficiência, passou de 1.180 em 2000 para 2.378 em 2010, porém, somente 1.948 contam com estrutura de acessibilidade para estes estudantes.⁶

A Constituição Federal Brasileira (1988) estabelece a Educação como dever do Estado e direito de todos. Sendo assim, as Instituições Educacionais em toda sua estrutura de pesquisa, ensino e extensão devem buscar métodos e recursos para atender todos os alunos baseados no princípio da equidade. No entanto, pesquisas demonstraram que professores e instituições universitárias não conseguiram se adequar a este cenário devido à falta de planejamento, formação acadêmica disciplinar, falta de capacitação continuada dos gestores e das técnicas de acompanhamento dos alunos ingressantes.^{6,7}

A discussão sobre a inclusão educacional está cada vez mais presente dentro da universidade e fora dela.⁸ Isto quer dizer que, cada vez mais estudantes com NEE terão acesso ao ensino superior. Dessa forma, para integrar estes alunos, as Instituições de Ensino Superior devem estar preparadas para atendê-los adequadamente, sendo que, a capacitação docente e da equipe gestora, configuram-se como pilares fundamentais para isso.^{5,10}

Existem diversos tipos de necessidades especiais: físicas, intelectuais e sensoriais.⁹ Neste estudo, foi abordada a dificuldade específica de uma aluna com deficiência visual grave. A deficiência visual é uma limitação sensorial que pode anular a capacidade de ver, provocando transtornos em todas as estruturas da vida. Existem cerca de 135 milhões de deficientes visuais no mundo.¹¹ A deficiência visual grave associada a outros fatores pode diminuir as expectativas de uma vida profissional e empregabilidade, assim como comprometer a motivação pela procura ou conclusão dos estudos, inclusive no ensino superior.^{6,12}

A deficiência visual é a limitação sensorial capaz de atingir uma gravidade a ponto de praticamente anular a capacidade de ver, abrangendo vários graus de acuidade visual. Sua classificação é composta por dois grupos: pessoas com baixa visão e pessoas cegas.¹¹ A baixa visão reduz as informações do ambiente. O comprometimento é maior quando a perda visual é central, pois o indivíduo não percebe detalhes e cores. A leitura e o reconhecimento de pessoas ficam comprometidos. Quando há perda visual periférica, a locomoção e a orientação espacial são prejudicadas.¹³

Diante do exposto, este relato descreve a experiência discente-acadêmica de uma aluna portadora de deficiência visual, durante a graduação em uma instituição de ensino superior pública. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreensão dos sentimentos vivenciados por estudantes com deficiência visual, enquanto acadêmicos para contribuir na fundamentação e elaboração de políticas inclusivas eficazes capazes de garantir os direitos de acesso, de permanência e de sucesso acadêmico e profissional.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo-exploratório com abordagem qualitativa. A pesquisa foi composta por um indivíduo do sexo femi-

no (idade: 31 anos) portadora de deficiência visual grave, licenciada há 01 ano em História em uma instituição de ensino público do estado do Paraná, Brasil.

Como procedimento de coleta de dados foi realizado uma entrevista seguindo roteiro semiestruturado composto de nove questões que abordaram a auto-percepção dos aspectos clínicos da deficiência visual, experiências na infância e na escola e experiências no ensino superior, como preconceito, momentos marcantes e dificuldades no processo de formação.

A forma de tratamento dos dados utilizada foi baseada na "Análise de conteúdo" de Bardin (2008). Tal metodologia consistiu na leitura detalhada do material coletado e transcrito, por meio da identificação de conjuntos de palavras que tinham sentido para a pesquisa.¹³

A entrevista foi gravada em áudio em ambiente reservado. Antes de iniciar, a participante teve todas as informações pertinentes ao uso dos dados coletados e assegurado o sigilo da identidade com assinatura do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento, bem como espaço para fazer perguntas e sanar dúvidas sobre a participação no estudo. Após a transcrição das informações, o conteúdo em áudio foi destruído.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão dos resultados foi utilizado à apresentação em duas sessões. Na primeira "Convivendo com o Glaucoma – diagnóstico, tratamento e dificuldades diárias" foi tratado os aspectos gerais do cotidiano do portador de deficiência visual. A segunda sessão "O deficiente visual no ensino superior – desafios cotidianos" trata especificamente das experiências de acesso e permanência da estudante em uma instituição de ensino superior.

CONVIVENDO COM O GLAUCOMA – DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E DIFICULDADES

Inicialmente, foi perguntado sobre funcionamento e tratamento da patologia visual. Em seguida foi questionado sobre experiências de preconceito na infância e na adolescência vivenciados pela ex-estudante:

"[...] Bom, eu tenho 31 anos. Atuo como professora da rede municipal de ensino em uma pequena cidade no interior do Estado do Paraná, e nasci com Glaucoma, que é uma patologia oftalmológica caracterizada pelo aumento da pressão intraocular [...] ela causa o endurecimento do globo e compressão do nervo ótico. As lesões causadas por esta enfermidade são progressivas e irreversíveis, e mesmo havendo diversos tipos de tratamentos para o seu controle, com o decorrer do tempo, pode levar a cegueira, como é o meu caso. [...] Quando eu nasci, em 1984, o Glaucoma ainda era uma patologia pouco conhecida, e o fato de eu pertencer a uma família de menores recursos, fez com que meu diagnóstico acontecesse bem tarde, dificultando minhas possibilidades de possuir uma visão normal. [...] Foi bem complicado, pois implicou em uma vida cheia de tratamentos, cuidados e restrições. Lembro da minha infância com várias cirurgias e muitas viagens em busca de tratamentos médicos, e apesar de tantas

complicações, sempre me senti uma criança normal".

É comum observar notícias de *bullying* no ambiente escolar. Da mesma forma, é importante conhecer situações vivenciadas por portadores de necessidades especiais quanto ao preconceito para que medidas de contenção e prevenção possam ser adotadas. Desta forma, foi questionado sobre a ocorrência de preconceito durante a infância e adolescência e qual foi impacto na participante, como segue no relato a seguir:

"[...] Acho que foi aos sete anos de idade que enfrentei pela primeira vez, o preconceito e a discriminação. Ao ingressar no Ensino Fundamental, por ter sido diagnosticada como deficiente visual, eu e minha família enfrentamos muitos obstáculos para que permanecesse no ensino regular. O mais marcante foi o fato de eu ter ficado retida na mesma série por dois anos, pois não havia apoio pedagógico da instituição, que por falta de informação, acreditava que a escola pública não era o melhor lugar para uma pessoa dita especial (RISOS) [...] Isso me marcou muito mesmo, porque tive que aprender desde pequena a me virar sozinha. Dentro do possível, minha vida escolar ocorreu normalmente. Tudo o que a escola não podia me prover, minha família e amigos estavam por perto pra me auxiliar".

Segundo o relato, parece que o ensino básico não estava preparado para receber alunos com deficiência visual. O meio determina o efeito de uma deficiência sobre a vida cotidiana das pessoas.¹⁴ A pessoa fica relegada à incapacidade, dependência e isolamento quando lhe são negados seus direitos e oportunidades, fato bem indicado pela participante quando ressalta que a própria escola pública acreditava não estar preparada para recebe-la como aluna. Sobre o isolamento devido à deficiência visual, a falta de incentivo e a falta de experiências significativas pode provocar dificuldades de interação e convivência podendo comprometer a formação cognitiva.¹⁵

Dentre as dificuldades citadas, foi perguntado se houve algum momento, em especial, que marcou sua vida, independente de ser no meio acadêmico ou não. O objetivo da questão foi verificar situações de resiliência e quais foram os fatores que podem ajudar ou dificultar tal fenômeno de superação, como segue abaixo no discurso da participante.

"[...] As lesões do Glaucoma são irreversíveis, e mesmo estando sempre em busca de novas possibilidades de tratamento aos 19 anos de idade, sofri uma grande perda visual. [...] Esse momento mudou por completo a minha vida. Fui informada pelos médicos que só me restava 10% de visão, que não havia mais nada que pudesse ser feito e que eu deveria começar a me preparar para o inevitável, a cegueira. [...] Foi o momento mais difícil de toda a minha vida, tinha acabado de concluir o Ensino Médio, estava cheia de planos e de repente, eu nunca mais poderia dirigir, ver os preços dos produtos no mercado, ler os livros que eu tanto amava, nem ao menos ler o que eu mesma escrevia. Foi muito difícil. Fui vendo os meus sonhos todos desmoronarem e fiquei por um bom tempo sem criar expectativas a respeito da

vida. Mas Graças a Deus tudo passa, inclusive o luto de quem perde a visão, e com o apoio da família e amigos, aos poucos a gente vai se adaptando e voltando a vida normal”.

Quando o processo da deficiência visual tem início na idade adulta, a questão da adaptação se torna complicada. A pessoa não consegue ter proveito nas atividades de lazer, fica insegura e muito receosa em relação as suas próprias capacidades. A área profissional e financeira é diretamente abalada por deficiência visual. Ao perder por completo e definitivamente a visão, as pessoas quase sempre iniciam um processo de fragmentação da sua autoestima, podendo causar depressão,^{16,17} perda da capacidade de locomoção sozinha, escolher suas roupas, maquiarse e até mesmo a alimentação se torna um desafio.¹⁶

Assim como neste estudo, uma pesquisa com alunos com NEE consideraram importante aceitar a deficiência, possuir força de vontade para enfrentar as dificuldades e ter atitudes em direção à autonomia. 85% dos alunos salientaram o apoio e incentivo oferecido pela família para que pudessem estudar.¹⁸ No estudo citado, a maioria dos relatos, houve prevalência do apoio da mãe, em relação aos outros membros da família.

Em seguida, foi questionada sobre como foi sua entrada no ensino superior e qual foi a reação e expectativas da família frente a este objetivo em fazer graduação, como segue.

[...] “Voltei a estudar, fiz formação de docentes, juntamente com o curso de Braille e informática para pessoas cegas [...] busquei me aproximar de pessoas com as mesmas necessidades que eu, e descobri que tudo é possível, desde que tenhamos disposição para buscar por nossos objetivos [...] Foram três anos maravilhosos, onde cresci muito, pessoal e profissionalmente. No último ano do curso de Formação, em 2009, fui aprovada no vestibular de História! Foi um momento de grande alegria para todos, pois fui à primeira em minha família a ingressar em uma universidade pública estadual”.

O direito e exercício da cidadania em sociedade passa pelo acesso integral a educação.¹⁷ A família é o maior motivador para cultivar a autoestima, coragem, garra, autoconfiança e expectativa positiva para promover a resiliência. Os estímulos dos familiares devem ser dosados adequadamente para influenciar em um processo de dependência psicológica.^{9,18,19}

O DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO SUPERIOR DESAFIOS COTIDIANOS

As informações nesta sessão destacam o processo de formação acadêmica da participante desta pesquisa, desde os aspectos positivos e dificuldades vivenciados nesta jornada. Estudos como este que abordem e discutam a experiência de alunos com algum tipo de deficiência no ensino superior são fundamentais para que as políticas de promoção da saúde possam ser melhoradas e efetivamente cumpridas.

[...] “Meu primeiro ano como universitária foi marcado

por muitos conflitos. [...] pelo que notei, acredito que fui a primeira aluna com deficiência visual em estado já avançado, que realmente se dispôs a estudar naquela instituição! [...] Eu queria os mesmos direitos e deveres que os meus colegas de turma, mas a universidade parecia ter dificuldades em procurar se adaptar a minha necessidade”.

O princípio da equidade dispõe que as pessoas possuem necessidades distintas e, para tanto, precisam de recursos distintos para alcançar objetivos pessoais. Evidencia-se uma grande lacuna entre as diretrizes legais existentes e a efetivação do acesso e permanência dos alunos com deficiência na educação superior.²⁰ A permanência do aluno na universidade implica em um trabalho constante em frequência, participação, dedicação e vigilância cotidiana das obrigações acadêmicas.¹⁰ As experiências tem mostrado que este processo requer continuidade e interdisciplinaridade de todos que participam do processo educacional.

De acordo com o relato, observou-se que a participante foi a primeira egressa com deficiência visual a prosseguir os estudos naquela instituição pública citada. Tal fato evidencia uma situação nova naquele momento, tanto para os alunos quanto para os funcionários. A ex-aluna relatou sobre a surpresa das demais pessoas da instituição de ensino superior sobre a sua presença e objetivo no local, como segue:

[...] “Era uma novidade para todos, nem eu, nem meus professores sabíamos direito como lidar com aquela situação. Lembro-me de ter ouvido muitos comentários do tipo: “Você não acha muito querer fazer uma faculdade? Você não precisa se incomodar com essas coisas, não vai usar mesmo. Porque não escolher uma coisa mais simples?”.

O relato demonstra o despreparo do meio frente a uma situação até então atípica para aquela instituição. O indivíduo se vê relegado à incapacidade e dependência, quando lhe são negadas os direitos e oportunidades.¹⁵ O reconhecimento e inclusão de pessoas com deficiências no Brasil são recentes.⁷ A garantia de acesso do aluno na graduação em Instituição de Ensino Superior (IES) tem amparo na regulamentação da Lei N° 7.853, de 24 de outubro de 1989, que consolidou as diretrizes de proteção e dispõe a “Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”.

[...] “No primeiro dia de aula, fui acompanhada de minha irmã e uma amiga. Levei mais de duas horas até conseguir chegar a sala onde iria estudar, pois antes era necessário conversar com os responsáveis pela instituição. Após algum tempo de espera, fui recebida pela vice-diretora que me informou rispidamente que, segundo o seu entendimento, eu não teria direitos a nem um tipo de apoio pedagógico, que a constituição me amparava somente em relação a acessibilidade [...] Naquela IES, acessibilidade, significou naquele momento colocar uma aluna com deficiência visual para estudar em uma sala afastada do centro da instituição, cujo percurso para chegar até ela era todo esburacado e mal iluminado, e além disso, ainda havia uma série de

escadarias que eu deveria subir sozinha”.

Observa-se no relato da participante que o cumprimento dos aspectos de acessibilidade significou apenas a admissão da aluna com deficiência visual através de vestibular na instituição. A admissão é apenas o trato inicial do processo de inclusão na Educação. A acessibilidade se efetiva neste processo quando envolve a adaptação ideal da estrutura física através de profissionais técnicos e capacitados para tais adaptações. Outro ponto essencial para efetiva acessibilidade é a formação continuada dos recursos humanos das instituições de ensino. Esta formação prepara os profissionais da Educação para atendimento dos alunos com NEE, de uma forma que estimule o desenvolvimento de seu potencial.

É dever do Estado garantir acessibilidade aos alunos com necessidades especiais. A Portaria Nº 3.284/2003 do Ministério da Educação e Cultura expõe a responsabilidade e exigência das universidades públicas e privadas na garantia de condições básicas de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais físicas e sensoriais. A Organização Mundial da Saúde dispõe que um indivíduo com qualquer necessidade ou deficiência seja considerado um cidadão.²² A inclusão social é o exercício da cidadania. A Organização das Nações Unidas destaca que pessoas com deficiência têm a participação de cidadão na sociedade, com os mesmos direitos e deveres dos demais membros.¹²

Sobre o aspecto de garantias e direitos supracitados, a ex-estudante relatou as algumas das dificuldades e situações vivenciadas durante a formação:

“[...] A princípio fui bem recebida por meus professores, até ganhei um gravador de áudios de um deles. Mas, quando informei que precisaria de ajuda para chegar até a sala, que não poderia ler textos em tinta, não fazia cópias e que todas as minhas avaliações precisariam ser adaptadas. Passei a ser ignorada e até mesmo rejeitada por alguns deles. Não culpo ninguém pelas situações de constrangimento, descaso e abandono que vivenciei naquele lugar, sei que o novo as vezes assusta, assim como também sei que ali existiam muitas pessoas que eram por mim, pessoas sem as quais eu não teria conseguido. Mas foi grande a minha luta, passei meu primeiro mês de aula em reuniões, discussões e brigas, fui pressionada e muito, muito discriminada! Quando percebi que somente o diálogo não seria o suficiente para solucionar meus problemas acadêmicos, passei a protocolar requerimentos exigindo adaptações imediatas, todos baseados na LDB. [...] A instituição não poderia me negar determinados recursos por escrito, porque isso seria contra a Lei, Eu passei a ser reconhecida como uma acadêmica daquela instituição. Consegui a transferência da sala de aula para um lugar acessível, material didático digitalizado, autorização para utilizar recursos de informática em sala de aula e o direito de fazer avaliações com o meu próprio computador”.

Em um estudo sobre as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência numa IES Federal os resultados convergem para o despreparo, tanto da instituição, quanto dos profissionais para proporcionar o atendimento adequado às necessidades especiais dos

alunos. É interessante que a IES invista em uma política institucional de construção de práticas inclusivas de Tecnologias Assistidas na promoção e equalização de oportunidades.²³ As medidas potencializadoras do processo de inclusão tratam da formação continuada de professores, a adaptação do currículo, a produção e adequação de recursos pedagógicos, e comissões encarregadas em desenvolver meios e práticas inclusivas.²⁴ Embora, uma pessoa com baixa visão não seja cega, ela necessita de uma série de recursos para que suas condições de vida possam se assemelhar as mesmas condições das pessoas ditas normais.^{11,14}

“[...] Como os problemas mais graves com a universidade haviam sido solucionados, acreditei que poderia prosseguir meu curso com tranquilidade, mas não foi isso o que aconteceu, pois eu raramente recebia os conteúdos das aulas com antecedência. [...] muitas vezes cheguei a recebê-los dias depois da avaliação ter sido ministrada. Os professores acusavam o responsável por produzir o material, o responsável acusava os professores. E como se toda esta situação não fosse ruim, ainda havia professores que nunca se lembravam das minhas avaliações e não adaptavam os trabalhos”.

Em um estudo realizado com graduandos deficientes visuais, os mesmos relataram atitude de despreparo dos professores, onde na percepção daqueles alunos os docentes se portavam de modo complacente, cobrando menos destes alunos.¹⁸ Em outra pesquisa, os dados apontaram para a influência de fatores internos ao aluno, valores e crenças, que podem colaborar para a permanência e conclusão do curso em IES. No entanto, precisam estar relacionados com a adequação do meio estrutural e operacional.²² A avaliação sobre a permanência do aluno com deficiência no ensino superior é praticamente inexistente. Entretanto, o acesso tem sido considerado nas avaliações de novas graduações pelo MEC.²

Em meio tantas dificuldades, questionou-se sobre algum momento marcante durante trajetória no ensino superior. A estudante citou duas situações descritas a seguir:

“[...] RISOS! Foram muitos momentos marcantes [...] Sempre me lembro de duas situações inesquecíveis: A primeira é de um professor que esqueceu minha avaliação e queria pôr todo custo que eu a fizesse como os meus colegas, pois, se eu andava pela faculdade, escrever um texto não seria tão difícil [...] Eu me recusei a fazer, pois não havia a mínima possibilidade de conseguir e ele se enraivou, se recusou a me avaliar e me colocou pra fora da sala”.

Existe necessidade de formação para receber alunos com deficiência visual, assim como criar um núcleo de apoio para facilitar os recursos para atender a demanda.⁷ As políticas devem pensar em capacitação do corpo docente e equipe pedagógica continuamente, pensar em métodos alternativos de avaliação e disposição dos recursos de trabalho.²¹

A postura do professor do ensino superior, perante alunos com deficiência deve ser totalmente prática e reflexiva, de modo a não excluir nem proporcionar benefícios demasiados. Ela deve estimular as potencialidades que este aluno possui. Sua abordagem pedagógica será

efetiva com a clareza sobre a condição da pessoa com necessidade especial, suas habilidades, fragilidade e planejamento com os recursos disponíveis.^{5,9}

"[...] O segundo caso é ainda mais surpreendente, um professor, ao perceber que havia esquecido minha avaliação, me entregou uma cópia da avaliação dos meus colegas e me pediu para me retirar da sala, em horário de aula e procurar uma pessoa para ler a prova para mim. Fiquei tão indignada que respondi a avaliação toda em braille e entreguei para ele com os seguintes dizeres: "professor, por favor, procure alguém para ler a avaliação para o senhor" (RISOS). Hoje somos bons amigos. [...] A cada semestre minhas condições de ensino ficavam mais difíceis, problemas com acessibilidade, material didático, iluminação, professores. Eu estava no 3º ano a ponto de desistir, quando decidi procurar a promotoria pública e falar sobre as situações de descaso as quais eu estava sendo exposta [...] a partir de então, eu tive um pouco mais de qualidade no acesso e permanência ao ensino superior".

As pessoas cegas se utilizam constantemente de seus sentidos remanescentes, tato, audição, olfato e paladar para poder realizar suas tarefas diárias, e tem no Sistema Braille, seu principal meio de leitura e escrita. Em um estudo de doutorado realizado com pessoas que adquiriram cegueira foi constatado a importância do Braille nesses desdobramentos do aprender a leitura e escrita.²⁵ Da mesma forma, existem diversas tecnologias que viabilizam a educação no ensino superior para pessoas com deficiência visual, principalmente na área de Interação Humano-Computador,²⁶ entretanto, poucos dos recursos avaliados na tese são conhecidos ou foram aprimorados para implementação nas IES.

Estudantes relataram que professores, previamente avisados sobre a inserção de alunos com deficiência mostraram maior preparação. Os alunos destacaram que os docentes atendiam as suas solicitações, realizando modificações para minimizar a dificuldade relatada. Os graduandos daquele estudo ainda relataram que a ajuda dos colegas de turma é fundamental.¹⁸

Os resultados desta pesquisa vão de encontro aos relatados na literatura. A estudante deste estudo evidenciou ter sido muito importante a presença de amizades verdadeiras dentro da sala de aula, bem como o auxílio de alguns professores do curso, como segue:

"Durante os quatro anos de graduação, vivenciei situações que honestamente, nem eu mesma sei como pude suportar, mas, nem tudo foi ruim, conheci pessoas incríveis, como a moça que a partir do 3º ano foi incumbida de providenciar meu material didático, ela muitas vezes procurava os professores para que nada atrasasse, e sempre me aconselhava quando eu tinha problemas. [...] Minhas duas queridas amigas de graduação que liam os textos para me ajudar a estudar quando eu não recebia o material a tempo. Meus professores de filosofia e história antiga, que me preparavam avaliações orais, e ainda ficavam discutindo os conteúdos comigo na hora das provas. O coordenador de curso, que nunca mediu esforços para me ajudar. [...] Foram tantas as pessoas que aderiram a minha luta, nem tenho como citar, mas agradeço aos professores que se empenhavam para me

ceder material didático alternativo, quando a instituição não conseguia me prover, as pessoas que liam para mim na sala, até mesmo a turma que me acompanhava na espera do ônibus, pois eu não residia na mesma cidade onde situava a universidade".

Em um estudo desenvolvido com alunos com NEE, 75% referiram-se à importância de sair com amigos para realizar atividades de lazer. As mais citadas foram: ir ao cinema, barzinhos, shopping, viajar e conversar. Desses, 50% consideraram a importância de pedir ajuda a colegas e professores para conseguir realizar tarefas e 50% possuíam planos profissionais.¹⁸ Por último, a participante relatou sua própria percepção sobre sua passagem na instituição.

"[...] Sei que não pude desenvolver nem um projeto dentro da instituição, não consegui obter a formação acadêmica que desejava, e isso me prejudicou muito profissionalmente, mas, o que realmente importa, é que... [...] quando uma outra pessoa com deficiência visual ingressar na mesma IES onde eu me graduei, ela terá um norte a seguir. O que eu planejo para a minha vida, deste momento em diante, é mostrar para as pessoas que todos somos iguais, e independente de ter uma necessidade especial a mais que os outros, todos temos os mesmos direitos, e que devemos sempre fazê-los acontecer!".

As pessoas com deficiência, que tradicionalmente eram expectadores, agora entram em cena, assumindo vez e voz.²² Este fato é constatado, como demonstra o relato final da ex-estudante. O fenômeno da concretização da Educação Inclusiva vai exigir novas posturas dos gestores, professores, técnicos, alunos e dos próprios alunos com NEE.^{22,23}

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que o aluno com deficiência visual se depara com diversas dificuldades no decorrer de sua formação acadêmica e profissional. Dentre as destacadas nesta pesquisa, a falta de materiais de estudo e avaliação adequados (Braille), falta de acessibilidade e espaços adequados no prédio da instituição, falta de comunicação entre os docentes e funcionários da universidade para resolução dos problemas, bem como a falta de compreensão e medidas da gestão para melhorar o atendimento à aluna, foram as mais relevantes.

Tais resultados corroboram com os verificados na literatura. Destacam-se ainda, as dificuldades como, formação continuada de professores, adaptação do currículo, produção do conhecimento e adequação de recursos pedagógicos, além da implantação de comissões nas IES encarregados de desenvolver recursos de inclusão.

Observou-se no relato da ex-estudante que o diagnóstico dos recursos disponíveis e capacitação docente configuram-se como alicerce para garantir acesso, permanência e desenvolvimento de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual em IES. Desse modo, sugere-se que as instituições públicas e privadas criem setores responsáveis em avaliar o espaço físico para acessibilidade, conselhos de acompanhamento do aluno matriculado, da mesma forma que ofereçam cursos de

capacitação contínua para os docentes e equipe técnica, quanto à disponibilização de materiais, avaliação e ensino para alunos com NEE.

Por fim, tendo em vista o relato de experiência e alicerçados pela literatura, acredita-se que pode ocorrer semelhanças em relação à precariedade no atendimento às NEE de estudantes por parte de IES de forma geral, com lacunas, tanto a estrutura, quanto na formação dos recursos humanos. Tal cenário reflete o conflito entre o ideal democrático de igualdade e a desigualdade vivenciada pela sociedade atual e exige atenção relativa ao cumprimento das leis e de políticas públicas efetivas para atender à demanda por equidade no atendimento aos sujeitos com NEE na sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial/Universidade Federal do Ceará. Os alunos com deficiência Visual: baixa visão e cegueira. Brasília, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105-fasciculo-3-pdf&Itemid=30192
2. Brasil. Ministério da Educação / Censo da Educação Superior. 2014. http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8
3. Lemos AHDC, Costa AMD. Dimensão Simbólica da Empregabilidade: Mercado, Políticas Públicas e Organização Social do Trabalho. Sociedade, Contabilidade e Gestão 2013;7(2):85-103.
4. Mielke GI, Ramis, TR, Habeyche EC, Oliz, MM, Tessmer MGS, Azevedo MR, Hallal PC. Atividade física e fatores associados em universitários do primeiro ano da Universidade Federal de Pelotas. RBAFS 2012;15(1):57-64. doi: 10.12820/rbafs.v.15n1p57-64.
5. Souza SRC, Búriço CCD. A política institucional de inclusão educacional: um processo a se constituir. Revista de Educação 2015;24(46):77-91. doi: 10.15599/2358-9299/cogeime.v24n46p77-91.
6. Regiani AM, Souza Mól G. Inclusão de uma aluna cega em um curso de licenciatura em Química. Ciênc Educ. 2013;19(1):123-134. doi: 10.1590/S1516-73132013000100009.
7. Hayashi C, Machado, D Eto M, Yamanha S, Ausec I. Deficiência Visual No Ensino Superior: capacitação docente para a inclusão. III SIES - Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior – UEL. Londrina, 2012. www.uel.br/eventos/sies/pages/arquivos/O11%20-%20NAC.pdf
8. Duarte ER, Rafael C, Filgueiras J, Neves C, Ferreira M. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Rev Bras Educ Espec 2013;19(2):289-300. doi: 10.1590/S1413-65382013000200011.
9. Lima PA. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: AVERCAMP, 2006.
10. Ferreira SL. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. Rev Bras Educ Espec 2007;13(1):43-60. doi: 10.1590/S1413-65382007000100004.
11. Bravo Filho VTF, Ventura RU, Brandt CT, Sarteschi C, Ventura MC. Impacto do déficit visual na qualidade de vida em idosos usuários do sistema único de saúde vivendo no sertão de Pernambuco. Arq Bras Oftalmol 2012;75(3):161-165. doi: 10.1590/S0004-27492012000300002
12. Brumer A, Pavei K, Mocelin DG. Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. Sociologias 2004;6(11):300-27. doi: 10.1590/S1517-45222004000100013.
13. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2008.
14. Sá ED, Campos IM, Silva MBC. Atendimento educacional especializado: deficiência visual 2007; MEC, SEESP. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf
15. Who. World Health Organization. World report on disability. World Health Organization; 2011. www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf
16. Pintanel AC, Gomes GC, Xavier DM. Mães de crianças com deficiência visual: dificuldades e facilidades enfrentadas no cuidado. Rev Gaúcha Enferm 2013;34(2):86-92. doi: 10.1590/S1983-14472013000200011.
17. Garcia, MRCS. Cegueira congênita e adquirida: implicações na saúde mental e resiliência. [Dissertação]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2014.
18. Masini E, Bazon F. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Rev Psicol Educ. 2005. <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/424.pdf>
19. Grunspun H. Criando filhos vitoriosos: quando e como promover a resiliência. São Paulo: Atheneu, 2006.
20. Silva HM, Souza SMC, Prado F, Ribeiro AL, Lia C, Carvalho RL. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: Revisão de literatura. Revista da Universidade Vale do Rio Verde 2012;10(2):332-42. doi: 10.5892/ruvrv.2012.102.332342.
21. Vargas GMS. A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica-prática de Ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos 2006;8(8):131-38. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/viewFile/1124/1459>.
22. Guerreiro EMBR, Almeida MA, Silva Filho JH. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior 2013;19(1) <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/viewFile/1124/1459>.
23. Rocha TB, Miranda TG. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. Rev Educ Esp 2009;22(34). doi: 10.5902/1984686X.
24. Pacheco RV, Costas FATP. Processo de inclusão de acadêmicos com NEE na Universidade Federal de Santa Maria. Rev Educ Esp 2006;27:151-69. doi: 10.5902/1984686X4360.
25. Mendes F. Constituição de sujeitos com cegueira adquirida e a aprendizagem da leitura e escrita braille. [Tese]. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014. www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/24022015_122600_fatima.pdf
26. Carvalho, JOFD. Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à Educação a Distância no Ensino Superior. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas. Campinas; 2001. <http://oscar.pro.br/pdfs/TeseOscar.pdf>

Como citar: ALEXANDRINO, Eduardo Gauze et al. Desafios dos alunos com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência. *Cinergis*, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, out. 2016. ISSN 2177-4005. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8076>>. Acesso em: 11 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v18i1.8076>.